



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

1. Informações Gerais

Data: 8/6/2017	Horário: 14h às 16h30	Local: sala 17 – bloco D – CNJ
Participantes: Dr. Júlio Ferreira de Andrade, Secretário-Geral do CNJ Sr. Amarildo Vieira de Oliveira, Diretor-Geral do CNJ		
Gestores Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do CEAJUD Sr. Maurélio Ferreira, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – Substituto Sra. Erica Rosana Silva Tanner, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário Dra. Maria Tereza Aina Sadek, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias Sr. Lúcio Melre da Silva, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, Secretário de Comunicação Social Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas Sr. Eduardo Campos Gomes, Secretário de Orçamento e Finanças – Substituto Sra. Julhiana Miranda Melloh Almeida, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica		
Facilitador Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional		
Equipe técnica DGE Sr. Ricardo Augusto de Holanda Cavalcanti Junior, Chefe da Seção de Planejamento Institucional Sra. Neuma Christina Lopes Nunes, Servidora da Seção de Planejamento Institucional Sra. Karina Cobucci Salles, Chefe da Seção de Desenvolvimento de Metodologias e Inovação Sra. Juceli Maria Pinheiro de Farias, Servidora da Seção de Desenvolvimento de Metodologias e Inovação		
Servidores do CNJ Sra. Rejane Maria Rodrigues Neves, Chefe da Seção Comunicação Institucional/SCS Sra. Kristien de Godoi Roepke, Servidora da Secretaria de Comunicação Social Sr. Jônathas Seixas de Oliveira, Seção de Comunicação Institucional Sr. Evandro Silva Gomes, Chefe da Seção de Acompanhamento Contratual/SCI Sr. Igor Guimarães Pedreira, Servidor da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação Sr. Antônio Ferreira de Melo Filho, Chefe da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC Sr. Marcelo Lauriano Lúcio, Chefe da Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico/DTIC		



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

2. Objetivo da reunião

Realizar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do CNJ, visando apresentar o desempenho dos indicadores e iniciativas de 2017, considerando o período de janeiro a abril do corrente ano; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas na mensuração dos resultados e identificar soluções para os problemas percebidos na execução dos indicadores e iniciativas das unidades gestoras.

3. Pauta

- Abertura dos trabalhos pelo Secretário-Geral e pelo Diretor-Geral.
- Apresentação dos resultados dos indicadores e iniciativas, bem como possíveis gargalos e soluções.

4. Abertura

O Sr. Secretário-Geral do CNJ, Dr. Júlio Ferreira de Andrade, abriu a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), pontuou que os indicadores apresentados durante a RAE fazem parte do plano anual de auditoria e que serão auditados para verificação de como está o processo e criação, monitoramento e medição desses. Relatou que já foi informado pela Sra. Diretora do DGE o quanto o departamento leva a sério as questões relacionadas aos indicadores para que esses mantenham a sua razão de existir, viabilizem o atingimento das metas e o melhoramento das atividades administrativas e operacionais que cada departamento realiza. Explicou ainda que o plano anual de auditoria, aprovado pela Ministra Cármen Lúcia, com previsão de auditoria dos indicadores, foi formulado com base no relatório anterior à chegada da Ministra e que, por isso, houve a necessidade de revisão ou ratificação dos indicadores da gestão anterior. Ao final, desejou uma boa reunião, parabenizou o trabalho do DGE e reforçou a necessidade de que cada área, com o apoio da Secretaria-Geral, monitore os seus indicadores, que foram escolhidos por elas próprias, e assim consiga aprovação também na auditoria.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

Foi dada a palavra ao Diretor-Geral do CNJ, Sr. Amarildo Vieira de Oliveira, que lembrou da exigência do TCU para que se faça o aprimoramento da gestão, e que os indicadores são usados para identificar como está sendo gasto o recurso público e a efetividade de sua aplicação. Relatou sobre a experiência positiva do STF e da importância desse trabalho para o CNJ.

Na sequência, foi dada a palavra à Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Julhiana Miranda Melloh Almeida, a qual informou que haverá mais uma RAE no 2º semestre e da obrigatoriedade da realização dessas reuniões por força dos dispositivos normativos e das recomendações do TCU e da Secretaria de Controle Interno. Orientou que a reunião é um momento de troca de impressões e de autorreflexão sobre as medidas que estão sendo adotadas em cada área, para que seja cumprido o planejamento estratégico do CNJ. Reforçou também que a RAE é oportunidade de promover a integração entre as unidades do CNJ e que o DGE auxilia no planejamento de cada uma delas, da forma que os gestores entendam melhor. Além disso, informou que os dados são parciais, medidos até abril/2017.

5. Apresentações

O Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional, apresentou a agenda de trabalho composta por: panorama geral dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas de 2016; resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas 2017 (1º quadrimestre); panorama geral dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas de 2017 e considerações finais. Na oportunidade, explicou que após a apresentação dos indicadores e iniciativas de cada área a palavra seria franquiada a cada gestor para considerações.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

5.1. Desempenho dos Indicadores e principais Iniciativas Estratégicas

5.1.1 Departamento de Gestão de Estratégica – DGE

A Sra. Julhiana Miranda Melloh Almeida, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, explicou que as iniciativas que estavam com 0% de cumprimento não estão mais com esse valor, na data de realização da RAE, uma vez que a medição foi feita em abril. Observou também que o ápice das atividades do departamento acontece no 2º semestre em decorrência da data de realização do Encontro Nacional do Poder Judiciário.

5.1.2 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC

O Sr. Lúcio Melre da Silva, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, destacou que assumiu o cargo há pouco tempo, em substituição ao Sr. Marcelo Lauriano, e que os trabalhos apresentados são a continuação do que já vinha sendo desenvolvido anteriormente, dando destaque à qualidade da equipe. Sobre o indicador 31, informou que a partir da autorização da Ministra Cármen Lúcia, ocorrida na semana anterior, para a DTIC iniciar tratativas com alguns tribunais para implementação do PJE 2.0 existe expectativa de que o percentual de cumprimento se eleve. Sobre o indicador 32, ressaltou que desde 2008 o nível de governança de TI do Poder Judiciário deu um salto e que isso se deve em grande parte ao trabalho desenvolvido pelo CNJ, fato reconhecido inclusive pelo TCU. Explicou o novo indicador criado pela Resolução n. 211/2016, que mede o índice de governança de TI para o judiciário, e afirmou que a meta deverá ser alcançada em 2017 porque, entre os cenários avaliados pelo questionário, um que deve ser melhorado com a realização de reuniões como a RAE, é o comprometimento da alta administração com a governança de TI. Na sequência falou sobre o andamento de cada uma das iniciativas. Realçou que a iniciativa “Elaborar Política de Gestão de Pessoas de TIC” ainda está com baixo cumprimento porque o departamento carece de conhecimento da área e que está em busca de um profissional com experiência para auxiliar.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

5.1.3 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

O Sr. Maurélio Ferreira destacou a importância do assunto para todos os tribunais e para própria função do CNJ de fazer o controle administrativo e financeiro dos tribunais. Explicou que nos últimos anos observou-se que o percentual de cumprimento fica em torno de 90%, devido à importância do assunto. Ressaltou os 3 campos do indicador: a Resolução CNJ n. 102 de 2009, que trata da execução orçamentária e financeira; a LRF, no que tange ao relatório de gestão fiscal; e a Resolução CNJ n.195 de 2014, que trata a distribuição de recursos em 1º e 2º graus. Destacou a EC 95/2016 e os seus impactos e como o indicador permite acompanhar a execução orçamentária e fazer a gestão para que o limite seja mantido nos parâmetros exigidos.

5.1.4 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

O Sr. Eduardo Campos Gomes, Secretário de Orçamento e Finanças – SOF - Substituto, pediu a colaboração dos gestores para o cumprimento do indicador 24, pois a SOF faz o acompanhamento da liquidação, mas não define quando será feito o pagamento das despesas. Destacou que a expectativa da meta não foi atingida em abril/2017 como reflexo, também, da EC 95/2016, e que tem sido feito um trabalho para que a despesa do CNJ fique dentro do seu limite próprio. Por conta disso, há uma tendência de que a liquidação não atinja o valor máximo. Sobre o sistema de apuração de custos informou que está em fase de análise. O Sr. Melre pediu a palavra nesse momento e explicou que o DTIC, como o maior liquidante do CNJ, ainda não teve seu plano de contratações 2017 aprovado, o que vai impactar na realização do indicador da SOF.

5.1.5 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

O Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do CEAJUD, explanou sobre todos os indicadores da área e pontuou que a maioria deles está relacionada ao orçamento, por isso, para que estes tenham um bom desempenho, depende de



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

aprovação da alta administração para executar o orçamento. Explicou que, como o plano anual de capacitação do CEAJUD não foi aprovado ainda, estão trabalhando na oferta de cursos abertos e de soluções sem custos.

5.1.6 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

O DMF foi representado pela Sra. Erica Rosana Silva Tanner, que relacionou e explicou os projetos da unidade: APAC, Projeto de Atenção às vítimas, Projeto de Diagnóstico das Varas de Execução Penal, o Grupo Especial de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional da região norte, Reunião Especial de Jurisdição e o BNMP.

5.1.7 Ouvidoria – OUV

A Ouvidoria do CNJ foi representada pelo Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria. Explicou que o indicador 15 já teve um percentual de cumprimento mais alto, mas que devido à incorporação da Apostila de Haia, cujo volume foi majorado, houve impacto que alterou o cumprimento do indicador. Explicou as iniciativas e os seus andamentos.

O Sr. Adilson questionou se a sugestão da área é a exclusão da iniciativa 1 e ajuste da iniciativa 2, ao que o Sr. Ronaldo confirmou.

5.1.8 Secretaria de Comunicação Social – SCS

A Secretaria de Comunicação Social foi representada pelo Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, Secretário de Comunicação Social. Inicialmente o Sr. Luiz Claudio explicou que a SCS funciona como uma extensão de todas as unidades, fazendo a ponte com o mundo exterior. Relatou também sobre o trabalho de transformação do perfil da unidade migrando para um perfil jornalístico, com máxima transparência e abertura. Na sequência passou a palavra para Sra. Rejane, Chefe da Seção de Comunicação Institucional, para complementar informações. Ela alertou sobre a alteração dos algoritmos de entrega das informações, o que pode impactar na realização das metas. Observou a falta de



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

boa parte da equipe em janeiro. Citou também os problemas ocorridos com as plataformas de tecnologia da informação, o que levou à perda de informações de janeiro a maio, e que esse fato pode levar a uma revisão da meta. Relatou que estão analisando uma nova plataforma junto ao DTIC. O Sr. Melre explicou que existe um “bug” no produto, já de conhecimento mundial, e que estão aguardando uma solução do fabricante. Enquanto isso, a SCS está buscando alternativas. A diretora do DGE afirmou que diante dos problemas relatados a meta deverá ser revista e que o DGE fará reuniões de acompanhamento com cada unidade, após a RAE, ocasião em que a revisão da meta será tratada.

O Sr. Luiz Claudio noticiou o sucesso da participação do CNJ no Congresso Internacional de redes Sociais em Évora, como único órgão do judiciário no mundo representado no evento.

5.1.9 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

O Departamento de Pesquisas Judiciárias foi representado pela Dra. Maria Tereza Aina Sadek, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, que ressaltou a qualidade da equipe, as atribuições e relevância do DPJ e o diferencial do relatório “Justiça em Números” no cenário nacional. Destacou o “Selo Justiça” como propulsor da qualidade e a dificuldade da alimentação das informações, que não é uma questão necessariamente de tecnologia. Noticiou que o STF também fará parte do “Justiça em Números”, em publicação separada, intitulada “Supremo em Ação”, que depois será integrada ao “Justiça em Números” e publicado em loja virtual, com acesso a todos.

5.1.10 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

A Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas, trouxe uma apresentação própria para abordar as questões da SGP. Iniciou destacando a dependência que a SGP tem das demais unidades para cumprimento de suas metas. Ressaltou a excelência dos servidores do CNJ e também as iniciativas da unidade para conscientização dos gestores para desenvolverem uma boa gestão de pessoas. Realçou a condição do quadro de servidores do CNJ e da



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

necessidade de se investir em otimização dos processos de trabalho para atender à demanda crescente e preservar a saúde dos servidores. Na sequência passou a apresentar as iniciativas que estão sendo estruturadas para tratar esses desafios: Sistema do SERH, a ser implantado até 2018; Teletrabalho – relatou a dificuldade da criação dos indicadores para mensurar a produtividade; Pesquisa de Clima – importante para definir as ações necessárias; Gestão por Competências – projeto pronto, esperando aprovação; Desenvolvimento das Lideranças; Desafio CNJ Saudável.

5.1.11 Secretaria de Administração – SAD

O Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração, apresentou a situação de cada indicador. Ressaltou que a SAD, preocupada com a questão orçamentária, tem feito, desde o ano passado, um trabalho de racionalização de recursos e que deve ser continuado. Atualizou os presentes sobre a questão da coleta seletiva, que está em estudo no órgão, e dos entraves legais para sua consecução. Observou a dependência que a SAD tem das outras unidades para execução do plano de contratações do CNJ. Atualizou sobre o andamento das obras de infraestrutura e dos estudos preliminares para o projeto de captação de energia solar. Também noticiou sobre o andamento das iniciativas e que estão com boas perspectivas de realização.

5.1.12 Gabinete do Diretor Geral – GDG

O Sr. Amarildo, Diretor-Geral do CNJ, apresentou as fases já cumpridas da iniciativa do gabinete e noticiou que, junto com a SAD e a SCI, iniciou-se um projeto piloto na SAD. De qualquer maneira, informou que há necessidade de revisar o TAP para ajustes de prazos, etapas e requisitos, o que será feito em breve.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

6. Encerramento

Encerradas as apresentações, o Sr. Adilson Medeiros apresentou a compilação dos resultados apurados de janeiro a abril de 2017 e a análise do DGE sobre esse panorama.

Após, franqueou a palavra aos participantes para tecerem suas observações.

O Sr. Melre pediu a palavra para parabenizar a iniciativa e sugerir mais reuniões conjuntas com os gestores para troca de informações. Ressaltou a importância da aprovação do plano de contratações.

O Sr. Amarildo chamou a atenção para o risco de descontinuidade dos projetos.

A Sra. Raquel reforçou a sugestão de realização de mais reuniões para troca de informações e sugeriu também que sejam abertas aos servidores interessados, podendo ser realizadas em locais maiores.

Sra. Rejane informou sobre um novo projeto da SCS para ajudar a compartilhar informações no CNJ, pois, nas pesquisas realizadas é recorrente a reclamação dos servidores de que não têm conhecimento sobre projetos de outras áreas.

Ao final, o Sr. Adilson informou que em julho serão feitas as reuniões setoriais e que a ata será encaminhada por email aos gestores e, após, publicada na intranet.